

## **Ler Pêcheux hoje: entre dúvidas e certezas**

Maria José R. F. CORACINI  
Unicamp – IEL/DLA

*Não se destrói senão o que se substitui*  
(Pêcheux, 1975: 164)

Ler Pêcheux hoje constitui tarefa ao mesmo tempo fácil e difícil senão impossível. Fácil, pelo prazer de retomar e aprofundar textos que constituem a história e, portanto, a memória da Análise do Discurso, que não pode ser lida fora do movimento de sua própria constituição, movimento que não cessou até hoje e que, esperamos, não cessará nunca. Difícil, pela impossibilidade de reconstituir com fidelidade ou ao menos com a fidelidade que tão importante filósofo mereceria, as condições de produção do texto, ainda que se faça um esforço para compreendê-las e apreendê-las, já que toda tentativa de tornar presente o passado impõe ao objeto e ao autor a violência da interpretação (Foucault, 1997), sempre e inevitavelmente subjetiva.

Assim, na impossibilidade de proceder de outro modo, intentamos fazer recortes no texto que nos cabe comentar para trazer pontos que nos parecem extremamente relevantes para uma reflexão atual sobre um passado em eterna (re)constituição, situando-nos no entre, no espaço confuso e conflituoso da contaminação, das fronteiras fluidas e embaçadas, entre a casca e o núcleo (Abraham & Torok, 1995), no hífen ou no limiar que separa e une passado e presente.

Antes de iniciar nossas reflexões acerca do texto “A propos d’une analyse authomatique du discours: mise au point et perspectives”, que contou com a participação da lingüista francesa Catherine Fuchs, cabe observar que o referido texto se divide em duas grandes partes, a primeira das quais recoloca as noções

teóricas importantes de formação social, língua, discurso e ideologia enquanto a segunda aborda diretamente a análise automática do discurso, apresentando críticas à primeira fase, iniciada em 1969, e abrindo perspectivas.

A primeira parte subdivide-se em 3 itens: 1) formação social, ideologia e discurso; 2) a lingüística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; 3) língua ideologia e discurso. A segunda parte, por sua vez, especifica cada uma das três fases da Análise Automática do Discurso (AAD): 1) a construção do corpus em função das condições de produção dominantes; 2) a análise lingüística: os objetivos de uma análise lingüística do discurso e crítica da fase de análise lingüística da AAD; 3) a análise do processo discursivo, levantando, num primeiro momento, os aspectos principais do processo de des-sintagmatização discursiva correspondente à fase 3, crítica ao procedimento atual com base nas entradas EN (enunciados elementares) e RB (relações binárias), finalizando com uma extensa conclusão que retoma os aspectos principais do texto sintetizando as críticas à AAD e as perspectivas possíveis de vislumbrar naquele momento.

Sem seguir a linearidade do percurso apresentado pelo texto, apontaremos, num primeiro momento, algumas retomadas teóricas, para, em seguida, trazer certas reformulações e, num terceiro e último momento, fragmentos de críticas, autocríticas, confissões e desejos que escapam por entre as brechas da linguagem deixando emergir desejos profundos e impossíveis que inevitavelmente constituem todo aquele que, de forma rigorosa e séria, deseja abrir caminhos novos sem deixar, evidentemente, de considerar os que o precedem e, portanto, o constituem.

## **1. Retomadas e extensões**

Ao buscar definir discurso, o texto em questão dialoga com algumas das muitas vertentes em torno do objeto “discurso”, trazendo esses outros – autores, textos – que, de algum modo, serviram de parâmetro para a formulação da análise automática do discurso (AAD), mais tarde conhecida como corrente francesa de análise do discurso, ou melhor dizendo, para a formulação do que não deveria ser

uma disciplina que estava desabrochando. Dentre essas vertentes e autores, destacam-se: Harris que, definindo o discurso enquanto unidade interfrástica, propõe uma análise de base distribucional; Saussure que define discurso como realização concreta e individual da língua, único objeto do projeto científico da lingüística; Benveniste, para quem o discurso constitui lugar de emergência da subjetividade do enunciador que deixa, no texto, marcas de seu envolvimento com o que enuncia. Esses são alguns dos outros (in)desejáveis, parâmetro para as reflexões, escolhas e tomadas de decisão disseminadas no texto em análise.

Ao inaugurar a segunda fase da Análise do Discurso, Pêcheux faz uma síntese (não sem acrescentar, é claro) dos aspectos da AAD 69 que se mantinham até o momento de sua escritura (1975), ao mesmo tempo em que se propõe a reformular questões centrais como a que se refere à leitura, “ao efeito leitor como constitutivo da subjetividade” (p. 164), estabelecendo, ao longo do percurso, uma (auto)crítica a alguns princípios teóricos aí apresentados. Dentre os primeiros, que, aliás, constituem até hoje o cerne do que se convencionou chamar corrente francesa de análise do discurso (provavelmente por oposição à corrente americana que surgia em torno de Zellig Harris nos Estados Unidos e que encontra ainda hoje na França vários de seus seguidores), constam a definição de discurso, texto, língua e linguagem. Dentre os segundos, destaca-se, principalmente, a questão da leitura (“o efeito leitor como constitutivo da subjetividade”, p. 164), já que esta define o próprio objeto da análise do discurso e, relacionados a ela, a paráfrase e os critérios que permitem reconhecer a autonomia do processo.

Logo de início, o texto retoma a noção de ideologia, defendendo a concepção marxista(-leninista) da “superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada”.. Nas palavras de Pêcheux & Fuchs<sup>1</sup>,

*(...) a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância*

---

<sup>1</sup> Sem esquecer nem subestimar a co-autoria, estaremos, daqui em diante, nos referindo apenas a Pêcheux.

*econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica. (p. 165)*

Como conseqüência do funcionamento da ideologia, que atua no inconsciente subjetivo, ocorre o assujeitamento do sujeito, que, interpelado como sujeito ideológico, percebe-se, ilusoriamente, no exercício de sua livre vontade, conduzido, sem saber, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes sociais antagonistas do modo de produção, o que é assegurado pelo que Althusser (1983) denominou “aparelhos ideológicos do Estado”. O embate de forças em confronto na conjuntura de uma dada formação social em um dado momento constitui a formação ideológica. Assim, Pêcheux reafirma a impossibilidade de confusão entre ideologia e discurso, referindo-se à concepção idealista da ideologia como esfera das idéias e dos discursos. As formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas.

Gostaria, aqui, de chamar a atenção para o termo “formação discursiva” tal como é apresentado por Foucault (1969) e por Pêcheux (1975) como discurso em formação, sempre em movimento, sem um início definido nem um fim possível, determinado, embora sem a fixidez que muitos lhe conferem ainda hoje, por condições (socio-político-ideológicas) que mapeiam, num dado momento histórico-social, as possibilidades de expressão e, portanto, de produção de sentido.

Um exemplo, embora hipotético, trazido por Pêcheux, parece-me interessante para compreender a relação entre formação discursiva e formação ideológica: considerando a formação ideológica religiosa, dominante num dado momento, é possível atribuir uma formação discursiva camponesa que justificaria a pregação camponesa pelo Baixo Clero e uma formação discursiva da classe dominante, que se manifestaria no sermão do Alto-Clero para a nobreza, sobre as mesmas coisas (pobreza, morte, submissão, pecado...) sob formas diferentes e também sobre coisas diferentes. Gostaria, aqui, de avançar uma dúvida que é também, parece-me, uma das dúvidas confessadas pelo autor em sua conclusão: é possível falar da “mesma” coisa sob formas diferentes? Será que a forma já não transforma necessariamente a coisa que é, contraditoriamente, sempre o mesmo

e sempre diferente? Seria possível conferir à pobreza para os ricos os mesmos atributos que ela teria para os pobres? Se as condições de produção não são sem consequência para a produção de sentidos, seria possível falar de identidade da coisa? Voltaremos a essa questão mais adiante ao tratar da paráfrase.

Pêcheux coloca, pois, as formações discursivas (FDs) como sempre existindo historicamente no interior das relações de classes sociais (p. 160) (diferentemente de Foucault que relaciona as FDs com formações sociais, sem considerar a divisão de classes). Para o autor, uma FD “pode fornecer elementos que se integram em novas FDs que se constituem no interior de relações ideológicas (exterioridade constitutiva), que, por sua vez, põem em jogo novas formações ideológicas”. Assim, fragmentos de FDs em circulação em momentos históricos anteriores podem retornar “espontaneamente” (sob a forma do “já-dito” cf. Foucault, 1971) em FDs emergentes como parte constitutiva de diferentes formas históricas, embora sofrendo, evidentemente, transformações. Essa imbricação que anuncia e denuncia a heterogeneidade constitutiva do discurso (ainda que de forma embrionária), a ser melhor explicitada mais tarde, na terceira fase da AD (com a contribuição da lingüista Jacqueline Authier-Revuz), traz à baila, já nesse momento da década de setenta, a dificuldade (que hoje vejo como impossibilidade) de caracterizar as fronteiras dos objetos reais que correspondem aos conceitos fundamentais da AD, ou seja, formação discursiva, formação ideológica e condições de produção, dificuldade que Pêcheux define como resultante da contradição existente entre a natureza desses conceitos e o uso espontaneamente fixista e classificatório de toda tendência científica que nos leva a questões do tipo: “Quantas FI existem numa dada formação social? Quantas FDs cada FI pode conter?” Ora, como afirma Pêcheux, na página 168, “uma discretização de tal ordem é radicalmente impossível”, embora saibamos que essa é, ainda hoje, uma das tentações do analista do discurso levado pelo desejo recalcado do controle, constituído que é pelo ideal científico de objetividade que anularia a distância entre “processo discursivo e formulação lógica”.

Esboçando uma análise não-subjetiva (melhor dizendo, não psicológica ou idealista) dos efeitos de sentido que atravessam a ilusão do efeito-sujeito, na

produção e na leitura, Pêcheux postula que os processos discursivos (“relações de paráfrase interiores ao que chamamos a matriz do sentido inerente à formação discursiva”, p. 170) não se originam no sujeito, mas nele se realizam necessariamente, aparente contradição que remete à questão da constituição do sujeito e ao que o autor chama, com base em Althusser, de “assujeitamento”: um indivíduo estaria assujeitado a outro, num dado grupo social que, por sua vez, estaria assujeitado a outro ainda, numa escala social e ideologicamente legitimada de poder. Tal postulado eliminaria a possibilidade de uma análise subjetiva que concederia a cada texto seu sentido. As condições de produção (CP) de um discurso determinariam a situação enunciativa vivida pelo sujeito como efeito das relações de lugar por ele ocupado numa dada FD.

Vale ressaltar a insistência de Pêcheux com relação aos dois esquecimentos ou ilusões retomados, no texto em pauta, por diversas vezes (cf. p. 168-9; 171; 176-7; 180; 191; 231), o que remete à concepção de sujeito psicanalítico, atravessado pelo inconsciente e marcado pela impossibilidade de controle de si e dos efeitos de sentido de seu dizer, embora tal concepção de sujeito não seja em nenhum momento definida e, portanto, explicitada.

## **2. Reformulações: críticas e auto-críticas**

Tomemos, em primeiro lugar, a produção do sentido, indissociável das relações de paráfrase entre seqüências, de modo que essa família parafrástica constitui o que Pêcheux chama de “matriz do sentido, inerente à formação discursiva”. Vale lembrar que é só no interior dessa família que se constitui o efeito de sentido. É neste ponto que Pêcheux questiona a possibilidade da leitura subjetiva segundo a qual um texto estaria associado a seu sentido (embora, nessa concepção de leitura, se levem em consideração as ambigüidades sintáticas e/ou semânticas). Ora, isso explica a ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem (esquecimento nº 2), segundo a qual o sujeito crê na possibilidade monossêmica da linguagem, e a impossibilidade de produção do sentido fora de uma dada FD. Tal impossibilidade se acha recalcada para/pelo sujeito e encoberta

para o mesmo de modo que ele crê imaginariamente ser a fonte do sentido (ilusão ou esquecimento nº 2). Postular tais esquecimentos em nível consciente (cuja hipótese de existência, sabe-se com base na psicanálise lacaniana, é também uma ilusão), que provocam no sujeito o efeito de ilusão de domínio, controle, completude e lhe conferem uma identidade, constitui um dos postulados mais produtivos de AD que Pêcheux enfatiza ou esclarece no texto em questão.

Ainda com base nesses postulados, Pêcheux põe em evidência o fato de a análise do discurso (na ocasião AAD) não poder nunca ser reduzida à análise semântica de *um* texto: todo texto se relaciona internamente com outros textos (interdiscurso) de modo que não se justificaria (e esta é outra crítica que Pêcheux dirige a Fisher & Verón) afirmar que ele teria testado o seu “sistema de análise” em um único texto. Pêcheux lembra que, na interpretação de Fisher & Verón, o sistema de análise consiste num “jogo de palavras encaixando análise lingüística e análise discursiva”, o que Pêcheux não considera ser o objeto da AAD.

A esse respeito, emerge, a meu ver, uma dificuldade: o fato de que a família de paráfrases, ou melhor, as diferentes famílias parafrásticas ou campos semânticos não correspondem diretamente a uma proposição lógica. Trata-se, como lembra Pêcheux, da distância entre proposição lógica e processo discursivo, distância imaginariamente anulada ao mesmo tempo por uma filosofia espontânea da lógica formal e pelo idealismo positivista ainda vigente na lingüística.

O dispositivo da AAD teria como objetivo evidenciar os traços regulares dos processos discursivos (p. 171), ou melhor, capturar essas famílias parafrásticas para compreender os processos de produção de sentidos. O que me incomoda é considerar a possibilidade da existência de seqüências parafrásticas que, com formulações diferentes, pretenderiam sentidos semelhantes, embora Pêcheux – ao mesmo tempo em que propõe – expresse a dúvida diante dessa possibilidade. (ver mais adiante).

Denuncia os aspectos “acadêmico-idealistas” da academia universitária que dificulta a articulação entre as três regiões do conhecimento científico sobre as quais se assenta a AD: a) o materialismo histórico, b) a lingüística e 3) a teoria do discurso, articulação essa que parecia a alguns “de gosto teórico duvidoso” e a

outros como não respeitando a leitura sociológica do marxismo, cuja crítica Pêcheux qualifica de “recalcamento-mascaramento universitário do materialismo histórico” (p. 165). Segundo ele, a teoria do discurso se reservaria o “aspecto social da linguagem”. Inserido nas condições da produção científica do momento, às quais parece muito difícil escapar, Pêcheux tenta resistir apresentando um quadro epistemológico heterogêneo e, portanto, híbrido e conflitante.

Distingue, ainda, a análise do discurso e a análise de um texto, defendendo a idéia de que o “estudo das marcas ligadas à enunciação deve constituir um ponto central da fase de análise lingüística da AAD”, de que decorrem modificações importantes na concepção de língua: o léxico não pode mais ser considerado como “um estoque de unidades lexicais”, lista de morfemas sem conexão com a sintaxe; esta, por sua vez, “não constitui mais o domínio neutro de regras puramente formais, mas o modo de organização dos traços das referências enunciativas” (p. 176).

### **3. Confissões e dúvidas**

O texto em questão se apresenta também como uma série de confissões, desabafos de Pêcheux a respeito daquilo que o afligia teoricamente tanto na academia quanto no seu próprio fazer teórico-analítico: este será o terceiro item deste texto, talvez o mais importante porque revela – ao menos revelou para mim – um filósofo “humano, demasiadamente humano”, retomando palavras de Nietzsche cujo pensamento certamente constituiu uma das paixões de Pêcheux, um pensador disposto a se auto-criticar e a rever suas propostas teórico-metodológicas, postura que culminou, no final de sua curta, mas brilhante, trajetória, num total abandono da AAD e numa abertura prodigiosa (e produtiva), inimaginável em 1969.

Ele mesmo questiona “a dominação teórica da frase” que teria conseqüências no “próprio nível dos constituintes do enunciado”. Por exemplo, a análise da categoria do advérbio (ADV), provisória, precisa colocar em relação o seu funcionamento com os conectores e com as modalidades; deve levar em

conta o duplo estatuto morfológico do advérbio remetendo ao mesmo tempo a uma classe fechada e a uma derivação adjetival por meio do sufixo “-mente”. Com relação ao determinante (DET), Pêcheux esclarece que deixa de lado a questão crucial da referência no discurso; precisamente nesse ponto, o autor aponta para as dificuldades das soluções propostas no artigo que havia escrito em 1972 com C. Fuchs (“*Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage*”). Confessa como justas as críticas que foram dirigidas à categoria Forma, por reagrupar elementos morfológicos, sintáticos e semânticos muito disparatados, afirmando que todas as formas estão em um nível homogêneo, em relação ao sistema de enunciados (p. 203).

Manifesta-se, ao longo do texto, o desejo de formular um modelo coerente que consiga dar conta da comparação de um discurso com outro, não com o objetivo de construir paradigmas textuais a partir do estudo do funcionamento intratextual de um texto, como propunha Harris (p. 206), nem de se limitar a efetuar todas as comparações entre relações binárias ou se restringir à comparação entre os pares de relações binárias (RB) que apresentam um conector idêntico (crítica feita à AAD 69 já que a distância grande demais ou a ausência de distância entre dois conectores impediam o interesse da comparação entre duas relações binárias que “não era efetuada entre dois conectores diferentes” – p. 207), mas na tentativa de *des-subjetivar* a análise por meio do tratamento informático que recorre a algoritmos e valores aritméticos. A segunda fase do tratamento informático consiste em um procedimento de reconstrução de subestruturas características do corpus analisado – combinação de relações sintagmáticas e relações paradigmáticas (p. 209). Não vamos detalhar essa fase, mas apenas ressaltar o desejo de construção de uma análise do discurso “exata”, portanto, científica que acompanha o autor (ou os autores, para ser mais precisa) nessa fase da AD. Na página 214, lê-se o seguinte:

*Digamos claramente que o princípio destas críticas nos parece plenamente válido na medida em que ainda não foi efetuado o trabalho de modelização matemática que permite localizar os pontos de “escolha” no processo, e de motivá-los.*

Observe-se a conjunção “ainda”<sup>2</sup> que produz o efeito de sentido de esperança na possibilidade futura de efetuar “o trabalho de modelização matemática que permite localizar os pontos de “escolha” no processo e de motivá-los”. E é só porque a AAD “ainda” não atingiu o ponto ideal que ele aceita as críticas feitas. Note-se, no advérbio de relatividade “ainda”, o efeito de sentido de esperança de que se realize aquilo que se imagina(va) possível de concretizar. Aliás, cabe ressaltar aqui as três observações críticas que o autor apresenta na tentativa de mostrar que é possível evitá-las e levar a cabo (perspectiva) o projeto de modelização matemática: o sistema de mensuração (distância-proximidade para a as possibilidades de comparação), o sistema de ponderação (classes abertas e fechadas), a utilização da medida de distância (distribuição dos valores atribuídos aos pontos de comparação dentre outros) (p. 216-7), tudo isso para dar conta da “definição da distância entre dois objetos” (relações binárias). Essa explanação aponta, a meu ver, para o desejo de cientificidade, ainda que o autor faça críticas à ciência que se quer objetiva e exata.

Na página 218, ao abordar o problema da construção dos domínios, Pêcheux problematiza a afirmação de G. Provost-Chauveau segundo a qual “as substituições não mudam o sentido”, ou seja, “duas seqüências pertencentes a um mesmo domínio têm uma interpretação semântica idêntica” o que , de certo modo, traz à baila, uma vez mais, a questão da paráfrase (dizer o mesmo com outras palavras). Pêcheux não aceita a possibilidade de uma equivalência idêntica e distingue dois tipos de funcionamento semânticos: a relação de substituição–equivalência (“que remete à estabilidade lógica de um sistema formal metalingüístico”) e a substituição orientada (“condição de possibilidade de uma equivalência ulterior” ou “uma equivalência em estado nascente”).

Na página 227, ao abordar os tipos de transformação e substituição, Pêcheux deixa evidente sua reticência com relação a um princípio até então aceito de que as substituições e transformações não mudam o sentido, afirmando que esse sentido não pode ser validamente colocado como universal, pois “nada garante a

---

<sup>2</sup> O advérbio de relatividade “ainda” pressupõe a continuidade de um estado que se espera será no futuro modificado ou a continuidade de algo que se desejaria já estivesse modificado (Coracini, 1981).

priori que as substituições e transformações não mudam o sentido”. Daí, segundo ele, a necessidade de encontrar meios para dar conta dos casos em que a estabilidade de sentidos não pode ser garantida. É o que tenta fazer propondo a classificação das transformações em três tipos: lexicais constantes (transformações sintáticas sem mudança de sentido); transformações-substituições com mudança lexical e, portanto, de sentido e substituições não orientadas com mudanças lexicais (sinonímia). Interessa-nos aqui comentar o conflito em que se encontra Pêcheux entre uma teoria que se abre para o inefável, a disseminação de sentidos e o desejo de controle ao qual parece querer escapar, mas do qual é culturalmente prisioneiro.

Em suma, chamaram-me à atenção as dúvidas e questionamentos de Pêcheux sobre suas próprias afirmações, num retorno sobre o (seu) dizer, na tentativa de melhor definir conceitos trazidos anteriormente na ocasião em que formulou a AAD, confessando dúvidas, aceitando críticas e propondo possíveis soluções, num movimento sintático que lembra o que Authier-Revuz (1998) denomina voltas enunciativas e que denuncia um processo, sem fim e altamente produtivo, de leituras e releituras.

Dentre as dúvidas e questionamentos, ressaltem-se os seguintes: É possível capturar um processo? Enunciados parafrásticos podem ter o mesmo sentido? É possível construir um “modelo” de análise que dê conta da incompletude da língua, da impossibilidade de estancar os sentidos?

Ora, tais dúvidas, que, acredito, seriam, mais tarde, respondidas pelo próprio autor com um grande “não” (em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*), ao mesmo tempo em que apontam para a incompletude do sujeito (-autor), denunciam um desejo recalcado de cientificidade que, contraditoriamente, todos (enquanto cientistas ou no desejo de ser cientistas) carregamos no nosso interior, como herança de uma cultura que nos constitui e que se manifesta no ideal de verdade e completude.

## Últimas considerações

Para terminar, cabe salientar a importância do texto em pauta para a compreensão da leitura ou da interpretação, ou melhor dizendo, do “efeito leitor como constitutivo da subjetividade” (p. 164) (afinal, todos somos fadados à interpretação), efeito esse que está ligado aos esquecimentos de que fala Pêcheux: para que se produza sentido (o que equivale a dizer ‘para que se interprete’) “é necessário que as condições de existência desse efeito estejam dissimuladas para o próprio sujeito”, que ilusoriamente acredita ser a origem do sentido (portanto, original) e poder controlar o seu dizer (portanto, os efeitos de sentido), de posse de uma linguagem que crê (ilusoriamente) transparente e inequívoca.

Finalmente, gostaria de observar, no texto analisado, que se inicia com a apresentação do quadro epistemológico em que se insere a AAD, a ausência da explicitação de uma das regiões mais importantes sobre as quais se apóia a AD, que, afinal, resulta de uma rede complexa de discursos outros: a região da psicanálise. É bem verdade que é possível rastrear cá e lá formulações que remetem ao atravessamento da psicanálise lacaniana, presente na noção de sujeito dividido, inconsciente, descentrado – ao qual, portanto, escapa o controle de si, de seus atos e pensamentos, dos efeitos de sentido do seu dizer –, nas críticas que Pêcheux faz às análises que assumem a concepção de sujeito consciente, cartesiano, psicológico e racional e, portanto, centrado, que acredita na possibilidade do controle consciente e da liberdade de escolha na esfera tanto de seus atos quanto da linguagem que determinaria este ou aquele efeito de sentido.

Além da noção de ideologia, assumida como lugar da realização do materialismo histórico e articulada com o sujeito do inconsciente (já que a ideologia trabalha no inconsciente), os esclarecimentos trazidos por Pêcheux, relativos às condições de produção, e aos limites de uma concepção que aproxima condições de produção e situação enunciativa (“a situação vivida pelo sujeito”), apontam para uma falta declarada, possível de ser preenchida (pois já o fora parcialmente): “o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria

não subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (p. 171), trazendo à baila, mais uma vez, o esquecimento número 1 que dá conta da ilusão de que o sujeito enunciador é a fonte do sentido.

Entretanto, a psicanálise como região do conhecimento constitutiva da AD não é trazida claramente em nenhum momento nesse texto de 1975: medo das possíveis críticas? Resistência à psicanálise cujo estatuto de ciência foi sempre colocado em xeque? Insegurança? Ou talvez simples esquecimento? Mas se todo esquecimento tem uma explicação oculta, (des)conhecimento, talvez as primeiras perguntas apontem para uma resposta ou, pelo menos, para uma interpretação possível de tal silenciamento que parece muito mais inconsciente do que intencional.

Além disso, ou ligado a isso, o texto analisado apresenta marcas da impossibilidade de controle dos sentidos, mas a AAD e as propostas para uma maior precisão analítica formuladas por Pêcheux deixam escapar o desejo de alcançá-lo, desejo esse que, só mais tarde, Pêcheux abandona, ao abortar o projeto de uma análise automática (o que equivale a dizer precisa, objetiva...) para dar lugar a uma análise do discurso que assume a falta, o equívoco, a contradição e a incompletude como constitutivos da linguagem, do discurso e, portanto, do sujeito.

No desejo de construir um modelo de análise fundamentado em princípios matemáticos, Pêcheux se dá conta da incompletude da língua, da impossibilidade de estancar os sentidos. No desejo de capt(ur)ar, cerc(e)ar o processo (cf. “Não se chegou ainda a isolar o processo” (p. 231), em que “ainda” aponta para a esperança de sua possibilidade), depara-se com a impossível tarefa de reunir, num mesmo e único sentido, enunciados que considera parafrásticos. No lugar de certezas, restam dúvidas que o perseguiram (e a seus discípulos) ao longo dos (poucos) anos que precederam e se sucederam ao seu (des)enlace. Morto, o pai permanece mais vivo do que nunca na memória, isto é, na lembrança que é sempre também esquecimento, esquecimento que significa in-corporação, digestão (passagem pelo corpo para se fazer corpo), aprendizagem, autoria, singularidade...

### **Referências bibliográficas**

- Abraham, N. & Torok, M. (1995) *A Casca e o Núcleo*. Trad.: Maria José R. F. Coracini. São Paulo : Editora Escuta.
- Althusser, L. (1983) *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad.: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Authier-Revuz, J. (1998) *Palavras Incertas – as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Coracini, M.J.R.F. (1981) *Les adverbes de relativité déjà-encore, já-ainda*. Dissertação de Mestrado defendida na USP, FFLCH, Letras Modernas: Língua francesa.
- Foucault, M. (1971) *L'Ordre du Discours*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1997) *Nietzsche, Freud e Marx*. Trad.: Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio Editora.
- Harris, Z.S. (1952) *Analyse du Discours*. *Langages*, 13, pp. 8-44, 1969.
- Pêcheux, M. & C. Fuchs (1975) *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. In F. Gadet e T. Hak (orgs) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.